



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO Nº /2026

(Do Sr. Capitão Alden)

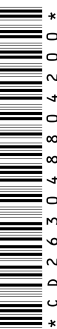
Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.234, de 2025, que institui o Programa Nacional de Valorização Institucional dos Defensores da Pátria e da Ordem Pública – PRONAVID.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.234, de 2025, de minha autoria, que institui o Programa Nacional de Valorização Institucional dos Defensores da Pátria e da Ordem Pública – PRONAVID.

Para tanto, sugere-se o convite dos seguintes representantes:

- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Representante da Associação dos Oficiais Militares Estaduais da Bahia;
- Representante da Associação de Praças da Polícia e Bombeiro Militar da Bahia;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

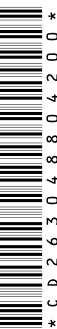
Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- Representante do Sindicato dos Policiais Civis da Bahia;
- Representante do Sindicato dos Policiais Penais e Servidores Penitenciários do Estado da Bahia;
- Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
- Representante da Associação Brasileira de Supermercados;e
- Representante da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa instituir o Programa Nacional de Valorização Institucional dos Defensores da Pátria e da Ordem Pública – PRONAVID, iniciativa de abrangência nacional inspirada em exitosos modelos internacionais de reconhecimento social aos profissionais responsáveis pela proteção da sociedade.

Seu propósito é fomentar a concessão voluntária de benefícios, descontos e condições especiais a militares das Forças Armadas e agentes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), bem como a seus dependentes, conferindo reconhecimento público às entidades – públicas, privadas ou do terceiro setor – que aderirem a essa relevante política de valorização.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

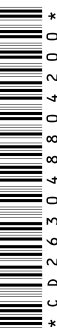
Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

A segurança pública e a defesa nacional constituem pilares estruturantes do Estado Democrático de Direito, conforme consagrado na Constituição Federal de 1988. Garantir a ordem pública, proteger a vida, o patrimônio e as instituições democráticas são deveres indeclináveis do Estado, cuja execução recai sobre centenas de milhares de profissionais que, diariamente, dedicam suas vidas à proteção da sociedade brasileira.

O Brasil conta com um contingente expressivo de profissionais nessa área. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que o país possui mais de 700 mil profissionais de segurança pública e defesa nacional, incluindo integrantes das Forças Armadas, policiais federais, rodoviários federais, civis e militares, bombeiros militares, guardas municipais, policiais penais, peritos e agentes de trânsito. Trata-se de uma força essencial ao funcionamento do Estado e à garantia da estabilidade social.

Esses profissionais enfrentam rotinas extenuantes, jornadas irregulares, exposição constante a riscos físicos e psicológicos e a complexa missão de atuar em ambientes muitas vezes hostis. A natureza da atividade os submete a níveis elevados de estresse e pressão, com impactos diretos sobre sua saúde e qualidade de vida.

Estudos e relatórios oficiais de saúde ocupacional, produzidos por órgãos como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais, apontam elevados índices de transtornos psicológicos entre esses profissionais, incluindo estresse pós-traumático, síndrome de burnout, ansiedade e depressão. Organismos internacionais, como a Organização Mundial da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Saúde (OMS), reconhecem as carreiras de segurança pública e defesa como atividades de alto risco para o adoecimento mental.

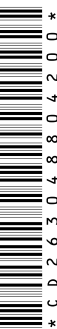
No Brasil, esse cenário é confirmado por dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que indicam que o programa “Escuta SUSP”, integrante do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), já realizou mais de 26 mil atendimentos psicológicos, evidenciando a crescente demanda por suporte especializado.

Além disso, dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania revelam que o país registra, anualmente, mais de uma centena de suicídios entre profissionais de segurança pública, com taxas superiores às da população em geral, configurando uma crise silenciosa que exige respostas institucionais efetivas.

A Lei nº 13.675, de 2018, ao instituir o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), representou um avanço ao criar o Programa Nacional de Qualidade de Vida (Pró-Vida), voltado à saúde física e mental dos profissionais. Contudo, embora essencial, essa política concentra-se na dimensão interna e assistencial, não abrangendo de forma estruturada o reconhecimento social e institucional desses agentes.

Nesse contexto, evidencia-se uma lacuna no ordenamento jurídico: a ausência de um programa nacional voltado ao estímulo do reconhecimento público e à valorização social dos profissionais de segurança pública e defesa nacional.

O PRONAVID surge justamente para preencher essa lacuna, ao propor uma política inovadora baseada no engajamento da sociedade





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

civil e do setor produtivo, incentivando práticas de responsabilidade social voltadas à valorização desses profissionais.

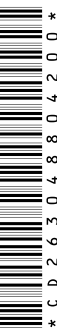
A proposta está alinhada a princípios modernos de governança pública, ao promover cooperação entre Estado e sociedade sem gerar aumento de despesas obrigatórias ou carga tributária, baseando-se na adesão voluntária e no reconhecimento institucional.

Entre os principais benefícios do programa, destacam-se:

- Promoção da cultura de valorização dos profissionais de segurança pública e defesa nacional;
- Estímulo à participação do setor produtivo, por meio da concessão de benefícios voluntários;
- Reconhecimento público das entidades aderentes, com a criação do selo “Entidade Amiga dos Defensores da Pátria”;
- Melhoria da qualidade de vida dos profissionais e seus familiares, com acesso facilitado a bens e serviços;
- Fortalecimento do vínculo entre sociedade e instituições de segurança, promovendo confiança e integração social.

A iniciativa inspira-se em modelos internacionais consolidados, como os programas de benefícios a militares e agentes de segurança existentes nos Estados Unidos e no Canadá, onde há forte cultura de valorização institucional e reconhecimento social dessas categorias.

Importa destacar que o PRONAVID foi concebido sob a premissa de responsabilidade fiscal, não implicando criação automática de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

despesas públicas, subsídios ou renúncia fiscal, salvo nos casos expressamente autorizados por legislação específica.

Trata-se, portanto, de uma política pública de alto impacto social, baixo custo e elevada capacidade de engajamento, com potencial de gerar benefícios concretos aos profissionais da segurança pública, ao mesmo tempo em que fortalece a relação entre o Estado, a sociedade e aqueles que atuam na linha de frente da proteção do país.

Valorizar os profissionais de segurança pública é fortalecer o Estado, promover justiça institucional e reconhecer, de forma concreta, aqueles que arriscam suas vidas diariamente em defesa da sociedade brasileira.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição..

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado CAPITÃO ALDEN

